

Edição v. 37
número 3 / 2018

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 37 (3)
dez/2018-mar/2019

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

O lado B do Jornalismo: como os cadernos culturais entram na história

Journalism's B-side: how culture sections are settled in history

PELLIPY JÁCOME

Doutor em Comunicação pela UFMG. Professor do Departamento de Comunicação Social da UFMG, Minas Gerais, Brasil. Participa do Grupo de Pesquisa Tramas Comunicacionais: Narrativa e experiência. E-mail: phellipy@ufmg.br. ORCID: 0000-0001-6939-7542.

ITALA MADUELL VIEIRA

Mestra em Comunicação pela UFRJ. Professora do Departamento de Comunicação Social da PUC-RIO, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Participa do Grupo de Pesquisa MEMENTO: Mídia, Memória e Temporalidades. E-mail: italamad@gmail.com. ORCID: 0000-0001-8865-847X.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

JÁCOME, Phellipy; VIEIRA, Itala Maduell. O lado B do jornalismo: como os cadernos culturais entram na história. Contracampo, Niterói, v. 37, n. 03, p. XX-XX, dez. 2018/ mar. 2019.

Enviado em 29 de março de 2018 / Aceito em 13 de agosto de 2018

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v37i3.19456>

Resumo

Este artigo buscar debater o consenso historiográfico acerca da modernização do jornalismo brasileiro e uma história linear da imprensa nacional que, por vezes, se esquece de sua tradição literária, evidenciada no apagamento dos cadernos diários de cultura como parte da história dos jornais impressos. A partir do diálogo entre a noção de estratos do tempo de Koselleck (2006) e das considerações de Octavio Paz (1984) sobre rupturas na modernidade, analisamos o sentido dessas ausências e esquecimentos em registros historiográficos sobre o *Jornal do Brasil* e seu pioneiro e longevo caderno de cultura, o *Caderno B* (1960-2010), buscando apontar para uma rede textual e contextual mais ampla.

Palavras-chave

História da imprensa; Jornalismo cultural; Jornal do Brasil.

Abstract

This paper seeks to challenge a certain historiographic consensus about the modernization of Brazilian journalism and a linear view of history on the national press that sometimes "forgets" its literary tradition. This diagnosis can be evidenced in the erasure of the daily culture sections as an important part of the history of printed newspapers. From a dialogue between Koselleck's notion of temporal layers (2006) and Octavio Paz's (1984) considerations on ruptures in modernity, we analyze the meaning of these absences and forgetfulness in historiographic bibliography about *Jornal do Brasil* and its pioneer and lasting *Caderno B* (1960-2010), seeking to point out a wider textual and contextual network.

Keywords

History of press; Cultural Journalism; Jornal do Brasil.

Primeiras considerações

Nos últimos anos, vários autores vêm colocando em relevo o crescimento das pesquisas em história da mídia e, em especial, do jornalismo em nosso país. Barbosa e Ribeiro (2009), por exemplo, apontam para a importância do aumento dos espaços destinados a essa discussão como GTs específicos na Intercom, Alaic e Anpuh nas últimas décadas. A constituição da Associação Brasileira de História da Mídia (Alcar) nesse mesmo período tem contribuído para reunir centenas de pesquisadores em torno deste interesse comum do debate historiográfico específico. Aliada a isso, a criação do GT de Memória nas Mídias pela Compós, em 2015, e a própria rede Historicidades dos Processos Comunicacionais servem para corroborar o argumento fornecido pelas pesquisadoras de um crescimento dos fóruns de discussão em relação ao tema da historiografia.

No entanto, apesar de diagnosticarem a importante institucionalização desse subcampo de pesquisa, as autoras ressaltam que “o aumento do número de trabalhos de história do jornalismo não tem correspondido a um amadurecimento das reflexões sobre o tema” (BARBOSA; RIBEIRO, 2015, p. 3). Causas como a escassez de discussões teórico-metodológicas, a limitação de análises empíricas sem maiores implicações contextuais e a falta de uma “imaginação histórica” ajudariam a explicar esse panorama. Essa ausência de rigor teórico-metodológico, segundo Albuquerque (2010), seria, em parte, fruto da contaminação de questões advindas do próprio campo profissional/sindical do jornalismo.

Desse modo, a produção acadêmica nesse estrato específico assumiria, por vezes, um viés conservador, comprometendo-se antes com a reprodução de interpretações consagradas do que com seu questionamento sistemático (ALBUQUERQUE, 2010, p. 2). Além disso, é possível observar um cenário em que há o predomínio de uma perspectiva memorialista (memória e história tendem a ser conceitos facilmente intercambiáveis), com muitas investigações cujos argumentos estão balizados por uma história orientada, sem aprofundamento e questionamento de relações mais amplas acerca do passado e sua relação com o presente (JÁCOME, 2017). Isso tende a desembocar em estudos que, frequentemente, privilegiam a ruptura e uma concepção linear do tempo, ao destacar os grandes e marcantes feitos de personagens e jornais específicos.

Como consequência mais visível, essa postura monumentalizante e pedagógica tem contribuído para a perpetuação de certos mitos fundacionais do jornalismo. No caso brasileiro, um significativo exemplo é a narrativa que identifica e sustenta que nos anos de 1950 e, mais especificamente, na reforma engendrada pelo *Diário Carioca*, encontraríamos o marco zero da modernização dos jornais em nosso país.

Essa narrativa apregoa que, de um jornalismo amador e despreparado, teríamos passado abruptamente a outro, profissional e técnico. Nesse sentido, é bastante recorrente no imaginário historiográfico nacional o que parece ser a inquestionável ideia de que o jornalismo brasileiro se moderniza, a partir da década de 1950, importando o que frequentemente é rotulado de “o modelo ‘americano’ de jornalismo” (LAGE; FARIA; RODRIGUES, 2004; ABREU, 2002; JOBIM, 1954; COSTA, 2011). De um modelo de jornalismo europeu (sobretudo francês), que teria caracterizado a imprensa brasileira até então por seu viés literário, panfletário e político, teríamos passado a outro – industrial, impessoal, imparcial e moderno. Os contornos que envolveriam a adoção do chamado *modelo ‘americano’ de jornalismo* no Brasil são, quase sempre, identificados na substituição do nariz-de-cera pelo lide, na criação da figura do copidesque e na adoção de manuais de redação para consequente padronização e despersonalização da escrita, além, sobretudo, da incorporação das noções de objetividade e de factualidade como valores fundamentais no ideário *moderno* dos homens de imprensa.

Assim sendo, quando há um consenso historiográfico no país acerca da modernização do jornalismo nacional, há também uma história que privilegia um único fluxo temporal possível, bem como um combate explícito que cria vencedores (os modernos) e os vencidos (aqueles ultrapassados que, uma vez superados, já não existem ou, pelo menos, não deveriam existir mais). Esse tipo de idealização moderna é problemático, porque o argumento jamais questionado de um *modelo ‘americano’ de jornalismo* congela relações e elimina disputas, resistências e diálogos, num intento de cortar as arestas que compõem a história tanto do jornalismo produzido lá quanto daquele que, até então, supostamente vinha sendo produzido aqui. Essa visada corresponde também a um modo específico de organizar a experiência do tempo.

Como aponta Koselleck (2014), historiadores têm percebido o tempo em torno de dois motes principais, a princípio, distintos: um primeiro, que o considera como uma flecha irreversível rumo ao futuro; e um segundo, que o imagina como algo recorrente e circular. Entretanto, ambos os modelos parecem insuficientes, na medida em que

(...) toda a sequência histórica contém elementos lineares e elementos recorrentes. A circularidade também deve ser pensada em termos teleológicos, pois o fim do movimento é o destino previsto desde o início: o decurso circular é uma linha que remete a si mesma (KOSELLECK, 2014, p. 19).

O autor postula que nossas ações se desenrolam em diferentes estruturas singulares e repetidas que, estratificadas, coligem e colidem em variados ritmos temporais. Os distintos processos sociais e políticos nos quais estamos imersos,

ainda que aconteçam cronologicamente ao mesmo tempo, partem de temporalidades múltiplas e não necessariamente dependentes. Nesse sentido, a proposição de diferentes estratos do tempo permite que tratemos de velocidades de mudança díspares, sem que sejamos obrigados a optar por uma falsa alternativa entre um tempo linear ou circular: “Muitas coisas acontecem ao mesmo tempo, emergindo, em diacronia ou em sincronia, de contextos completamente heterogêneos” (KOSELLECK, 2014, p. 9).

Em suas discussões sobre a modernidade, Bruno Latour (1994, p. 15) ressalta que “quando aparecem as palavras ‘moderno’, ‘modernização’, e ‘modernidade’, definimos, por contraste, um passado arcaico e estável”. Já nas palavras de Octavio Paz, a modernidade desaloja a tradição imperante, e imediatamente dá vez a outra. Nem o moderno é a continuidade do passado no presente, nem o hoje é filho do ontem: são sua ruptura, sua negação. “O moderno é autossuficiente; cada vez que aparece, funda a sua própria tradição” (PAZ, 1984, p. 18), a tradição da ruptura.

Como se constata na euforia memorialística predominante em torno da modernização da imprensa brasileira, mais do que a celebração do novo, valoriza-se o fato de ser uma ruptura: a crítica do passado imediato, a interrupção da continuidade. Tomando a referência de Paz à história da poesia no Ocidente, que entendemos ter seu lastro ampliado,

O novo não é exatamente moderno, salvo se é portador da dupla carga explosiva: ser negação do passado e ser afirmação de algo diferente. [...] O novo nos seduz não pela novidade, mas sim por ser diferente; e o diferente é a negação, a faca que divide o tempo em dois: antes e agora (PAZ, 1984, p. 20).

E, no caso do jornalismo, o que este tinha este *agora* que o *antes* não fornecia? Como lembra Barbosa (2007), as reformas dos anos 1950, além do lide e de um discurso pela busca da neutralidade e da objetividade nos textos, introduzem no mundo dos jornalistas um lugar de distinção para si próprios e, conseqüentemente, um campo circunscrito. Isso explica, em parte, a adesão geral a uma versão da história da imprensa que privilegia o novo e apaga o antes. Essa narrativa linear corrobora para o silenciamento de vozes com menos poder e status nas redações, entre as quais destacamos aqui as ligadas ao jornalismo cultural.

O lado B

A emergência de cadernos culturais a partir da década de 1960 nos revela que esse tipo de publicação era capaz de mesclar aquilo que o próprio discurso da modernização da imprensa parecia negar. Neles, jornalismo, literatura, política e

arte são discutidos com grandes implicações para o campo da comunicação e iluminam, sob o viés das relações entre sedimentação e inovação, uma história ainda pouco abordada. Nesses cadernos, nem o lide expulsou o viés literário, nem a liberdade de estilo foi encaixotada pela chamada pirâmide invertida. Muito menos o autor perdeu sua identidade. Tampouco se furtavam a tratar de política em suas páginas. São, então, exemplos *problemáticos* para o discurso da ruptura entre o jornalismo *arcaico* e as *novas* formas modernas de produção noticiosa.

Os jornais, desde a chamada modernização dos anos 1950, organizaram-se materialmente em cadernos que agrupam notícias sobre determinados aspectos da sociedade, como as de política, cidade, economia, cultura. Este esforço de separar e ordenar a realidade em fronteiras estanques atendeu a exigências estéticas, gráficas, e também industriais, mercadológicas (RIBEIRO, 2007). Condiçamos a chamar de cadernos aqueles de periodicidade diária, que compõem o corpo de uma edição. Inicialmente, os jornais normalmente tinham um só ou no máximo dois tomos (também chamados de segunda seção), e encartes eram exceção, especialmente pelo alto custo. Apenas com as transformações no processo industrial, no esteio do desenvolvimentismo dos anos JK, é que passou a ser possível, e mesmo vantajoso, rodar o jornal em partes independentes, flexibilizando os horários de fechamento para otimizar o uso das máquinas rotativas, com tiragens e edições cada vez maiores.

Também, internamente, as redações começaram a ser divididas em editorias específicas, com equipes independentes e especializadas, e em permanente disputa por espaço. Como não poderia deixar de ser, tal disputa transborda da produção das páginas para a produção da história. E, historicamente, os *grandes temas nacionais* são privilegiados tanto nas primeiras páginas dos jornais como nos livros, nas pesquisas acadêmicas e nos discursos autorreferentes e memoráveis das empresas e dos próprios jornalistas, ficando a cultura em plano secundário.

Apagamento do “lado B” do jornalismo

Nos numerosos livros, teses e dissertações produzidos sobre a história da imprensa no Brasil, é dado amplo destaque ao papel político dos veículos, a adesões e resistências, sobretudo, pós-modernização, na última ditadura. Os jornalistas que exerceram protagonismo nos anos 1950 e 60, como Alberto Dines, Janio de Freitas, Wilson Figueiredo, Carlos Lemos, Ana Arruda Callado, para citar alguns, estão entre os mais procurados, entrevistados, citados, notabilizando-se pelo caráter sociopolítico – *stricto sensu* – de seu trabalho. Mesmo personagens com importante participação na criação de suplementos e cadernos literários e

culturais que marcaram época lembram-se (ou são instados a se lembrar) tão somente de momentos *nobres* em editorias tidas como mais importantes: é obrigatória a referência às primeiras páginas do auge da repressão política nos anos 1960 e 1970, com a previsão do tempo sufocante do *JB*, as receitas culinárias e os poemas de Camões substituindo reportagens políticas no *Estado de S. Paulo*.

Em termos bibliográficos há, pelo menos, três exemplos emblemáticos dessa seleção de memória. *Eles mudaram a imprensa – Depoimentos ao CPDOC*, organizado por Alzira Alves de Abreu, Fernando Lattman-Weltman e Dora Rocha em 2003, antecipando as comemorações pelos 200 anos da imprensa no país, reúne os depoimentos de seis jornalistas: Evandro Carlos de Andrade, Alberto Dines, Mino Carta, Roberto Müller Filho, Augusto Nunes e Otavio Frias Filho. Na apresentação, Ana Arruda Callado lembra que houve muitos reformadores antes deles, como Danton Jobim, Samuel Wainer, Janio de Freitas, Reynaldo Jardim – este último criador do *Suplemento Dominical* e do *Caderno B do Jornal do Brasil*, entre outros. Mas alega que a seleção se deveu a que esses seis “*inauguraram* – com outros não citados aqui, é fato – *um novo tipo de jornalismo*” (grifo nosso). Qual seria, então, este novo tipo de jornalismo que se elege para a posteridade? O texto dá a pista: os seis foram selecionados por sua “competência especial” na área de gerência e direção. A Alberto Dines são dedicadas 108 páginas, havendo apenas duas referências ao jornalismo cultural, na penúltima página, quando afirma que “todo jornalismo é cultural”, e cita o *Caderno B do JB* ao criticar o caderno de cultura de *O Globo* de então, que chama de “um mercado, onde entra tudo” (ABREU et al, 2003, p. 174).

Outro exemplo desse silenciamento em torno do jornalismo cultural pode ser percebido no livro que o Centro de Cultura e Memória do Jornalismo (CCMJ), do Sindicato dos Jornalistas do Rio, publicou em 2010: *Memória de Repórter: lembranças, casos e outras histórias de jornalistas brasileiros (décadas de 1950 a 1980)*, costurando cerca de 60 depoimentos ao CCMJ. “Jornais contam o cotidiano, a soma de cotidianos faz história. E quem conta os cotidianos do mundo? Quem fazia os jornais e revistas em seus tempos de desafio e romantismo? Que lições daquele tempo merecem ser guardadas?”, indaga o texto de apresentação, garantindo que, “por meio desses depoimentos, é possível traçar a trajetória não apenas da imprensa, mas do próprio país” (BLASS, 2010). Há todo um capítulo sobre *A nova era inaugurada pelo Jornal do Brasil*, que ocupa 10 páginas. Fotos registram o *Suplemento Dominical do Jornal do Brasil (SDJB)* em 1958, sob influência concretista, e a publicação do Manifesto Neoconcreto, em 1959, e de forma breve mencionam o *Suplemento Feminino*, que é anterior à reforma e daria

lugar ao *Caderno B*. Porém, não há em todo o capítulo – ou nos demais – maiores considerações acerca do *Caderno B* ou do jornalismo cultural.

Por fim, em *O mundo dos jornalistas*, Isabel Travancas buscar traçar o perfil do profissional da imprensa a partir de entrevistas com grandes nomes do jornalismo nacional nos anos 1990. Entre eles estão Sérgio Augusto, que editou o *Segundo Caderno* do *Correio da Manhã*, no *Caderno B*, publicou *Este mundo é um pandeiro* e *As penas do ofício: ensaios de jornalismo cultural*, e na ocasião da entrevista escrevia para o *Caderno 2* de *O Estado de S. Paulo* e para a revista *Bravo*; Janio de Freitas, o artífice da reforma que deu à cultura o seu espaço fixo; Zuenir Ventura, ex-editor dos cadernos *B* e *Ideias*, ex-colunista do *B* e do *Segundo Caderno* e hoje de *O Globo*; Luiz Paulo Horta (1943-2013), que iniciou no *JB* em 1964, crítico de música no *B* e no *Segundo Caderno*; Cícero Sandroni, ex-editor de Cultura do *Jornal do Commercio*, membro da Academia Brasileira de Letras e seu ex-presidente, além de Moacyr Werneck de Castro e Newton Carlos. Há, portanto, uma clara relação entre os nomes selecionados pela autora e o jornalismo cultural nacional. Entretanto, esse “lado B” é obliterado, já que destaca-se somente o lado do jornalismo dito *sério*, com ênfase no perfil do *jornalista ideal*, a responsabilidade, a ética, o romantismo e a nostalgia.

Como podemos perceber, o jornalismo de cultura tem sido deixado à margem da história oficial. Uma hipótese sobre esse silenciamento é a da própria forma como o campo jornalístico e as reflexões sobre ele se constituíram. Tal como diagnosticado por Barbosa e Ribeiro (2009), Nerone (1987) também vê, na historiografia sobre a imprensa, certo privilégio da ruptura em relação às continuidades, o que favorece o aparecimento e disseminação de mitologias que, logo, se tornam um senso comum pouco problematizado. Segundo o autor, historiadores do jornalismo têm tido tradicionalmente a tendência de se referir a diferentes processos (como a relação do jornalismo com o mercado e a política) como sucessivos estágios de desenvolvimento. No entanto, Nerone (2013, p.448, no original em inglês) defende que, ao contrário, “ditos processos deveriam ser vistos como camadas sobrepostas e elementos simultâneos de uma complexa rede de relações que integram as mídias noticiosas”. Nesse sentido, acreditamos ser necessário ampliar o olhar sobre essa rede, para inferir acerca de outras camadas e estratos concorrentes, balizadores, questionadores ou tangenciais a uma concepção linear e normativa de jornalismo e de tempo.

Por uma tradição dos cadernos culturais

Isabel Mauad (1996) aponta a *Gazeta de Notícias* como a grande precursora dos suplementos brasileiros, que só tomariam impulso a partir dos anos 1930. Os grandes jornais do início do século XX no Rio de Janeiro (então capital do país), como *Jornal do Commercio*, *O País*, *A Notícia*, *Jornal do Brasil*, *A Imprensa*, *A Tribuna*, *Correio da Manhã*, mais a *Gazeta* publicavam, em sua maioria, folhetins e davam grande espaço para a literatura. Mas foi já a partir de 1907, quando passou por reformulação gráfica que incluiu páginas em cores, que a *Gazeta* lançou aos domingos uma espécie de precursor dos suplementos das décadas seguintes. A edição de 21 de outubro de 1909 era acompanhada de um suplemento tabloide, com oito páginas, duas delas ocupadas por um conto de João do Rio, pseudônimo de Paulo Barreto, (*O amor é como chá: palestra de five-o'clock*), outra com um poema de Xavier da Cunha Lisboa (*Nossa Senhora do Monte*), outra página sobre moda, uma de passatempos, ilustrações de humor. Outros jornais da época, como o *Jornal do Commercio*, tinham suas páginas ou seções literárias, "que também devem ser consideradas precursoras dos suplementos literários que tomaram impulso nos anos 30 e 40" (LIMA, 2006).

Um vasto panorama destas páginas no início do século XX é dado por Werneck Sodré (1998), destacando as seções permanentes do *Jornal do Commercio*, *Ver, ouvir e contar*, assinada pelo barão de Sant'Ana Neri e depois pelo escritor português Jaime S rguier; as *Dominicais*, de João Luso; *Dia-a-Dia*, de Constâncio Alves; as colabora es estrangeiras do italiano Vincenzo Grossi e do filólogo português Cândido de Figueiredo. A *Gazeta de Notícias* publicava uma espécie de suplemento literário dominical e o folhetim de Olavo Bilac, com Pedro Rabelo e Guimarães Passos como colaboradores. A se o de Figueiredo Pimentel, *Binóculo*, fazia o registro da vida mundana. *O País* tinha a coluna *Microcosmo*, de Carlos de Laet, no canto da primeira página, antes publicada pelo *Jornal do Commercio*. Foram seus colaboradores Olavo Bilac e Artur Azevedo.

Em *A Notícia*, Werneck Sodré destaca a se o *Cr nica Literária*, de Medeiros de Albuquerque, sob o pseudônimo J. Santos; as cr nicas de Paulo Barreto, como João do Rio; e as *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*, de José Vieira Fazenda. O *Jornal do Brasil* publicava na época cr nicas de Carlos de Laet e artigos do padre Severiano de Resende, de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior. No *Correio da Manhã*, Melo Moraes Filho escrevia sobre o Rio Antigo, Artur Azevedo publicava seus contos leves, Heráclito Graça dava conselhos gramaticais, como Cândido Lago. José Veríssimo era o responsável pela crítica literária. Jornais de outros estados acompanham a tendência, caso de *A Gazeta*, de São Paulo; *O Correio do Povo*, de Porto Alegre; o *Diário de Pernambuco*, no Recife. "Quando entra o novo século, as folhas principais acolhem *letras e letrados*" (SODRÉ, 1998, p. 294).

Para Mauad (1996), a eclosão de suplementos literários nos anos 1930/40 está diretamente ligada à importância da literatura como informação, reflexão, fruição e especialmente status. “Profissionais de todas as áreas se dedicavam às letras, e a literatura impregnava o jornalismo. Tanto que posteriormente, teria que se desprender em um jornal em separado” (MAUAD, 1996, p. 62). Nos anos 1920, intensificara-se a circulação de jornais e revistas literários em todo o país. Para não perder espaço, os jornais tratam de lançar seus suplementos. Na virada para a década de 1930, o *Correio da Manhã* teve um suplemento dominical em que publicava artigos de Graça Aranha, seções de música e *assuntos femininos*, “teatro no estrangeiro”. Nele foi reproduzido o *Manifesto da Poesia Pau-Brasil* de Oswald de Andrade, em 18 de março de 1924. No *Jornal do Commercio*, o *Mensário* reunia farta colaboração literária e histórica, incluindo resenhas de livros (MAUAD, 1996, p. 63).

Nos anos 1930 e 1940, destacavam-se principalmente os suplementos de *Correio da Manhã* (2ª Seção), com o rodapé de crítica literária de Álvaro Lins, artigos e poemas de Otto Maria Carpeaux, Jorge de Lima, Mário de Andrade, Rachel de Queiroz, João Condé e Abgar Renault; *Diário de Notícias* (Suplemento 1º – Letras, Artes, Variedades, que passaria a *Letras, Artes, Ideias Gerais* em 1945); *A Manhã* (*Autores e Livros* e *Letras e Artes*) e a *Revista de O Jornal*, com o crítico Agripino Grieco. O suplemento do *Diário de Notícias*, com quatro páginas, tinha seções de Teatro e Cinema e contava com críticas literárias de Mário de Andrade (o primeiro editor), Guilherme Figueiredo (que editou o suplemento de 1940 a 1946), Sérgio Buarque de Hollanda e Prudente de Moraes Neto e colaborações de Afrânio Coutinho, Paulo Rónai, Raul Lima, Hermes Lima.

Nos anos 1940/50, ganharam destaque os suplementos literários de *A Manhã – Autores e Livros*, dirigido por Múcio Leão, e *Letras e Artes*, por Jorge Lacerda. *Autores e Livros* circulou semanalmente entre 10 de agosto de 1941 e 11 de março de 1945. Em 1946 *A Manhã* lançou *Letras e Artes*, mais amplo e “modernizado”, como definiu o escritor Josué Montello, colaborador de ambos (MAUAD, 1996, p. 69). Circulou às terças com seções fixas que extrapolavam a literatura, dedicadas ao teatro, ao cinema, à música, às artes plásticas. Aos domingos, *Letras e Artes* saía com 12 a 16 páginas, trazendo artigos, traduções, entrevistas sobre escritores, e abrindo espaço para debates como as eleições de 1950. Jorge de Lima, Manuel Bandeira, Tasso da Silveira, Murilo Mendes, Otto Maria Carpeaux, Adonias Filho, Josué Montello e Tristão de Ataíde (pseudônimo de Alceu Amoroso Lima) foram colaboradores frequentes. Outras seções variavam a cada número – filosofia, folclore, entrevistas, o que o inscreve como precursor dos cadernos diários de cultura:

Letras e Artes já representava, numa expressão mais abrangente, a transformação dos suplementos literários em cadernos culturais, com a cultura em seu sentido mais amplo, não significando apenas a representação das manifestações artísticas, como hoje vemos nos chamados cadernos culturais. O aspecto *cultural* cada vez ampliava mais seus espaços (MAUAD, 1996, p. 76).

A segmentação em cadernos adotada pelos periódicos dos anos 1950 levou à criação de vários suplementos, encartados normalmente uma vez por semana. Os literários, adotados por muitos veículos (*Diário de Notícias, O Estado de Minas, Correio da Manhã, Diário Carioca*), “formaram redes de sociabilidade para muitos intelectuais na década de 50, e juntamente com os cafés, os salões, as revistas literárias e as editoras, permitiram a estruturação do campo intelectual” (ABREU, 1996, p. 23). Entretanto, concomitantemente à proliferação dos suplementos, podemos perceber a emergência do discurso da modernização, que trouxe consigo uma série de valorizações e um discurso normativo que tenta delimitar o jornalismo, definindo-o, por exemplo, pelo seu apego ao fato e à ideia de um mundo bipartido irreconciliável, com oposições bem delimitadas entre natureza x sociedade, ficção x realidade, objetividade x subjetividade. Dita concepção está associada a valores, que buscam diferenciar o jornalismo ao criar os seus, outros, como o sensacionalismo, a ficção, a literatura etc. – e a procedimentos operacionais, regras para o que seria considerado como o bom funcionamento dessa prática específica (JÁCOME, 2015).

Um ponto interessante dessa fase é que, mesmo em textos específicos sobre as artes plásticas e literárias, já era possível perceber a consolidação de um ideal normativo próprio do jornalismo, que tratava de afastá-lo da literatura. Exemplo disso é o texto *O desemprego do poeta*, que Affonso Romano de Sant'Anna publicou em 1961 no *Suplemento Dominical* e em livro no ano seguinte. Nele, o autor destaca o que denominava ser a crise da poesia contemporânea, entendendo que naquele momento o poeta parecia ter perdido sua função na sociedade industrial. Esboçando uma narrativa sobre o papel dos poetas em diversos momentos da história, o autor destacava que durante o romantismo e a partir da revolução industrial houve uma mudança na legitimidade da função da literatura:

“assim, a poesia, que no século anterior sobre-existia graças ao prestígio do poeta, foi substituída, uma vez que o próprio poeta também o foi, na descida da pirâmide, pelo artista do rádio, cinema, futebol e pelo jornalismo moderno (...) E o poeta passou a ser nome pejorativo...” (SANT'ANNA, 1962).

Ou seja, passa-se a valorizar outras atividades na sociedade *moderna*, na qual o literato, o poeta, teria perdido sua função em favor dos jornalistas, por exemplo. Apesar do tom melancólico de Sant'Anna em seu diagnóstico, essa

idealização marca positivamente o discurso de modernização do jornalismo em nosso país, em substituição ao que seriam as práticas literárias dos jornais *pré-modernos*.

O 'Caderno B' como índice dos cadernos culturais

Como vimos, os *cadernos* têm origem ainda na virada dos anos 1940 para os 50, no contexto de industrialização pós-Segunda Guerra Mundial, com a difusão das rotativas que permitiam sua rodada em partes independentes, a cadernalização dos jornais. Porém, a popularização do nome *caderno cultural* só começaria ao longo dos anos 1960, a partir do surgimento e consolidação do *Caderno B* do *Jornal do Brasil* (MAUAD, 1996, p. 14), que passa a dedicar espaço próprio a seu conteúdo de artes e variedades.

Logo *Correio da Manhã*, *Tribuna da Imprensa*, *Diário de Notícias* também criaram cadernos diários tomando o do *Jornal do Brasil* como modelo. Outros, num primeiro momento, continuaram a numerar as páginas dos cadernos em sequência, quase não os diferenciando, como *O Estado de S. de Paulo*, *Folha da Tarde*, *Jornal do Commercio* e *O Globo*. Mas não tardariam a adotar o modelo de organização proposto por Janio de Freitas e Reynaldo Jardim. É na segunda metade do século XX que se registra no Brasil o surgimento e o sucessivo fortalecimento da produção cotidiana dos cadernos culturais pelos principais diários brasileiros (GADINI, 2009, p. 26).

Foi a *Folha Ilustrada*, lançada em 1958 nas *Folhas da Manhã, da Tarde e da Noite* – grupo de jornais que seriam agrupados posteriormente na *Folha de S. Paulo*, o primeiro suplemento de circulação diária. Sua criação é, portanto, anterior à do *Caderno B*. Porém, inicialmente era voltada ao público feminino, com um conteúdo de variedades que no *JB* já estava reunida no *Suplemento Feminino*, que àquela época circulava quatro dias por semana e foi extinto para dar lugar ao *B*. A *Ilustrada* não era, portanto, o que anos depois se consideraria um *caderno de cultura*, o que viria a se tornar em 1962, em mudança de perfil influenciada pelo *B* (GONÇALVES, 2008).

Surgido na esteira da mais relevante reforma gráfica e editorial do jornal – iniciada em 1956 e perdurando até 1962, passando por várias fases e envolvendo diferentes equipes, o *Caderno B* do *Jornal do Brasil* é classificado como “o precursor do moderno jornalismo cultural brasileiro” (PIZA, 2003, p. 37), “de caráter absolutamente inovador e rico” (LIMA, 2006), tornando-se sinônimo de caderno de cultura ao reunir em suas páginas diárias uma combinação de arte, literatura, música, teatro e comportamento produzida por jornalistas, escritores e intelectuais.

Vieira (2016) investiga e recolhe peças sobre a história do *Caderno B* do *Jornal do Brasil*, que circulou por 50 anos (1960-2010), identificando-o como modelo em que se ancoraram os cadernos diários de cultura brasileiros, ícone no imaginário de jornalistas e determinada geração de público.

Se, por um lado, o *Caderno B* seguiu uma tradição do jornalismo brasileiro, por outro, ele também representava inovações e uma institucionalização desse tipo de seção. De fato, o *Caderno B* inaugurou aspectos de um gênero no Brasil e no mundo. Na imprensa de nenhum outro país existe a tradição do caderno cultural diário. No exterior, notícias sobre cultura são publicadas todos os dias, mas não em seções especiais, em separado. O modelo é o dos cadernos semanais de cultura, ou o das revistas especializadas, como a *Time Out* londrina e a francesa *Pariscope* (DAPIEVE, 2002). *The Times*, na Inglaterra, publica três ou quatro páginas diárias, e *The New York Times*, nos Estados Unidos, destina apenas sextas e domingos para a cobertura.

No Brasil, a partir de 1960, seguindo o pioneirismo do *JB*, os jornais, mesmo os do interior, passaram a dedicar espaço fixo diário à cultura, muitos dos quais homônimos ou variantes do *Caderno B*, modelo de caderno diário de cultura que pautou a imprensa nacional, como aponta levantamento de Vieira (2016): *O Estado de S. Paulo* (*Caderno 2*), *O Dia* (*Caderno D*); *O Globo* (*Segundo Caderno*); a extinta *Tribuna da Imprensa* (*Tribuna Bis*); *Diário do Nordeste* (*Caderno 3*), *Zero Hora*, de Porto Alegre (*Segundo Caderno*); *Gazeta de Alagoas* (*Caderno B*); *Correio do Estado*, do Pantanal (*Caderno B*), *Diário de Marília* (*Caderno B*); *O Progresso*, de Dourados, Mato Grosso do Sul (*Caderno B*); *Diário dos Campos*, de Ponta Grossa, Paraná (*Caderno B*); *Tribuna de Indaiá* (*Caderno B*); *O Liberal*, de Belém (*Caderno L*). Reynaldo Jardim, idealizador do caderno, foi chamado a reformular jornais em Manaus e em Belém, onde lhe encomendaram, como se fazia às modistas: “É o seguinte, eu quero igual ao *JB*. Pega um e faz igual” (BASTOS, 2008, s/p).

Uma exceção foi *O Globo*, em que, embora desde os primeiros números houvesse notícias e serviços relacionados à cultura, apenas em 1984 o *Segundo Caderno* passa a ser um caderno exclusivamente cultural. O jornal publicava colunas sociais, crônicas, críticas e o roteiro de artes e espetáculos (como *RioShow* desde 1974), mas o que chamava de *Segundo Caderno* era até então um segundo tomo, mera continuação do primeiro caderno, com as notícias que não cabiam neste, entre elas culturais, assim como econômicas, internacionais, esportivas etc.

No Brasil, portanto, a institucionalização de um espaço próprio e diário para notícias de cultura nos jornais desde os anos de 1960 influenciou práticas jornalísticas assim como hábitos sociais, com a oferta diária de reportagens, crônicas, colunas sociais, agendas e críticas de artes e espetáculos.

Últimas considerações

Como ressaltamos até aqui, é evidente a seleção e repetição de determinados momentos-chave do jornalismo brasileiro, assim como de jornalistas *legitimados* para falar sobre eles (Alberto Dines, Ana Arruda, Carlos Lemos, Ferreira Gullar, Janio de Freitas, Reynaldo Jardim etc). Mas, por maior que seja a sua relevância, imaginamos quantas histórias ficaram ocultas sobre as repetidas versões autorizadas (CERTEAU, 1998).

Apesar de suplementos como cadernos de cultura oferecerem material único para compreensão de toda uma geração jornalística e seus impactos até a atualidade (LIMA, 2006), pode-se constatar que, até então, vêm sendo tratados como apêndices dentro da produção historiográfica sobre a imprensa brasileira. Como vimos, em livros e projetos de memória, é latente a predominância de depoimentos de personagens ligados ao jornalismo político, sendo escassos os ligados à área cultural. E mesmo jornalistas com larga trajetória na área de cultura, quando mencionam, não aprofundam este período. Instados a produzir relatos memoráveis sob os quais se ancoram pesquisas em centros de memória e livros, editores e repórteres citam reportagens que consideram *importantes* sob o ponto de vista hegemônico no seu grupo profissional. Muito embora, é preciso assinalar, a política tenha ocupado as páginas de cultura: tomando exemplos do *Caderno B*, podemos citar Drummond denunciando o desaparecimento do jornalista Vladimir Herzog, maldizendo 1969 com todas as letras; a reportagem sobre encontro de nazistas celebrando Hitler em um hotel de Itatiaia, em 1978; os cartuns políticos de Ziraldo, Henfil, Jaguar, Juarez Machado, entre outros.

Isabel Mauad (1996) lembra que muitas publicações devem parte de seu prestígio a suas páginas culturais, espaço em que grandes nomes da literatura nacional – Machado de Assis, José de Alencar, Olavo Bilac – exercitavam-se em colunas ou folhetins. Seu prestígio mesclava-se, assim, ao das próprias publicações. No *Caderno B* do *Jornal do Brasil*, especificamente, popularizaram-se nomes como Carlos Drummond de Andrade, Clarice Lispector, Rubem Braga, Fernando Sabino, Carlinhos de Oliveira, Carlos Eduardo Novaes, Flávio Rangel, Affonso Romano de Sant’Anna, Paulo Mendes Campos.

E, ainda que óbvio, é preciso dizer: jornalismo cultural também é jornalismo. E jornalismo também é cultura. Martín-Barbero (2004) observa que, embora os clássicos tenham integrado explicitamente a dimensão lúdica na cultura, somos herdeiros de uma concepção ascética que condenou o ócio como tempo do vício, e de uma crítica ideológica que confunde a diversão com a evasão alienante,

especialmente a partir de sua massificação e sua mercantilização pelas indústrias culturais.

Daí a importância de pensarmos outras temporalidades/estratos temporais para a história do jornalismo, mais democráticas e menos normativas; e nas fronteiras do jornalismo especializado, cujas bordas, criadas para ordenar, também apartam. Essas análises de temporalidades múltiplas complexificariam o nosso olhar para o passado e dinamizariam nosso próprio presente, mostrando espaços de contiguidade, sedimentação e inovação. Assim, outros *lados B* poderiam emergir, denotando disputas, fissuras, contradições e nuances.

Referências

ABREU, Alzira Alves. **A modernização da imprensa: 1970-2000**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ABREU, Alzira Alves et al. **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora. **Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ALBUQUERQUE, Afonso de. A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. **Alceu (PUC-Rio)**, v. 20, p. 100-115, 2010.

BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Por uma História do Jornalismo no Brasil. In: **Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Rio de Janeiro, 2005.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da Imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BASTOS, Daniel Trench. **Tentativa e acerto: a reforma gráfica do Jornal do Brasil e a construção do SDJB**. Dissertação de mestrado em Artes Visuais. Escola de Comunicações e Artes/USP, 2008.

BLASS, Suzana (org). **Memória de Repórter: lembranças, casos e outras histórias de jornalistas brasileiros — décadas de 1950 a 1980**. Rio de Janeiro: Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MONTALVÃO, Sérgio. Jornal do Brasil. In: ABREU, Alzira Alves de et. al. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

COSTA, Cecília. **Diário Carioca: o jornal que mudou a imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

GADINI, Sérgio Luiz. **Interesses cruzados:** a produção da cultura no jornalismo brasileiro. São Paulo: Paulus, 2009.

GADINI, Sérgio Luiz. A cultura como notícia no jornalismo brasileiro. **Cadernos da Comunicação**. Série Estudos. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2003.

GONÇALVES, Marcos Augusto (org). **Pós-Tudo:** 50 anos de cultura na Ilustrada. São Paulo: Publifolha, 2008.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos A. **Cultura e participação nos anos 60**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

JÁCOME, Phellipy Pereira. **O jornalismo como singular coletivo:** reflexões sobre a historicidade de um fenômeno moderno. Belo Horizonte, 2017. 258 f. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 2017.

JANUÁRIO, Marcelo. **O olhar superficial:** as transformações no jornalismo cultural em São Paulo na passagem para o século XXI. São Paulo, 2005. 248 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade de São Paulo, USP, 2005.

JOBIM, Danton. French and U.S. Influences Upon the Latin American Press. **Journalism Quarterly**, 31, Volume 1, 1954, p. 61-66.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

_____. **Estratos do tempo:** estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LAGE, N.; FARIA, T.; RODRIGUES, S. Diário Carioca: o primeiro degrau para a modernidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Brasil, v. 1, n. 1, 2004.

LIMA, Patricia Ferreira de Souza. **Caderno B do Jornal do Brasil:** trajetória do segundo caderno na imprensa brasileira (1960-85). Rio de Janeiro, 2006. 267 f. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2006.

LIMA, Marcelo Fernando de. **Os dez mais:** avaliação da literatura brasileira no suplemento Mais! da Folha de S. Paulo (1992-2004). Curitiba, 2010. 258 f. Tese (Doutorado em Letras), Programa de Pós-Graduação em Artes e Letras, Universidade Federal do Paraná, 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de cartógrafo:** travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Loyola, 2004.

MAUAD, Isabel Cristina. **Da origem dos suplementos literários e cadernos culturais:** origens no Brasil e trajetória no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura), Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

MORAES, Marieta de (org). **História oral e multidisciplinariedade**. RJ, Diadorim, 1994.

NERONE, J. The Mythology of the Penny Press. **Critical Studies in Mass Communication**, 1987.

NERONE, J. The Historical Roots of the Normative Model of Journalism, **Journalism**, 2013: pp. 446-458.

PAZ, Octávio. **O arco e a lira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

_____. **Os filhos do barro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

PEREIRA, Wellington (org). **Epistemologias do Caderno B**: cotidiano, cultura e jornalismo. João Pessoa: Manufatura, 2006.

PIZA, Daniel. **Jornalismo Cultural**. São Paulo: Contexto, 2003.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Memória de Jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 1950. **Anais do XI Encontro Anual da Compós**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2003.

_____. **Imprensa e história do Rio de Janeiro dos anos 50**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.

RIBEIRO, Belisa. **Jornal do Brasil, história e memória**: os bastidores das edições mais marcantes de um veículo inesquecível. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. O desemprego do poeta. In: **Jornal do Brasil**, 1962.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

TRAVANCAS, Isabel. **O mundo dos jornalistas**. 4ª ed. São Paulo: Summus, 2011.

VIEIRA, Itala Maduell. **O Caderno B do JB como mito e modelo no jornalismo cultural brasileiro**. Rio de Janeiro, 2016. 201 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura), Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.